



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 42ª
(QUADRAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 19 DE MAIO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V. Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 39ª Sessão Ordinária;

– Ata da 11ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. que proceda à verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
7ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2015

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
BISPO RENATO ANDRADE	PR		X
CHICO LEITE	PT		X
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP	X	
JOE VALLE	PDT		X
JUAREZÃO	PRTB	X	
JULIO CESAR	PRB		X
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
LIRA	PHS	X	
LUZIA DE PAULA	PEN		X
PROF. ISRAEL	PV		X
PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X	
RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X
RODRIGO DELMASSO	PTN	X	
SANDRA FARAJ	SD		X
TELMA RUFINO	PPL	X	
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
CELINA LEÃO	PDT		X
T O T A L		11	13

SECRETÁRIO: DEPUTADO CHICO VIGILANTE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Estão presentes 10 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, assessores, imprensa, primeiramente, eu gostaria de repercutir aqui o encontro que foi realizado com o setor produtivo do Distrito Federal. Na realidade, esse encontro só vem demonstrar a grande crise financeira que nós vivemos na nossa cidade.

Como nós vimos inicialmente aqui, com a explanação do próprio Governador, da própria equipe de governo, a arrecadação está abaixo do esperado e as despesas só têm aumentado. Diante disso, o GDF precisa pensar em formas inovadoras de atrair investimentos. E mais, é necessário reestabelecer a relação de confiança com o setor produtivo.

Digo isso porque um programa importantíssimo de fomento da nossa economia, o Pró-DF, foi desvirtuado em algumas regiões, segundo denúncias que temos recebido em nosso gabinete. O caso mais emblemático teria ocorrido no final do ano passado, no apagar das luzes, em que uma área de 17 mil metros quadrados, ao lado no novo Centro Administrativo, em Taguatinga, foi repassada para uma instituição de ensino.

Não somos contra a construção de faculdades, mas uma regra foi quebrada. Precisamos respeitar as diretrizes estabelecidas pelo Pró-DF, que não é um programa criado para beneficiar estabelecimentos de ensino, e sim para fomentar a economia do Distrito Federal. Ele existe para fortalecer as indústrias, as empresas de serviços e os empresários interessados em gerar emprego e renda e, acima disso, para aumentar a arrecadação de impostos no Distrito Federal.

Essa transação revela outra face preocupante: um terreno que estava inscrito no Pró-DF teve o metro quadrado comercializado por preço 80% abaixo do mercado. Ou seja, segundo reportagem do *Jornal de Brasília*, que foi divulgada ontem, um terreno que valeria em torno de 70 milhões de reais foi vendido por 14 milhões de reais.

Hoje mesmo estamos apresentando aqui nesta Casa um requerimento de informações à Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável e à Companhia Imobiliária de Brasília, a Terracap, sobre esse contrato. Não podemos deixar passar em branco uma situação como essa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

O Governo do Distrito Federal precisa, sim, melhorar a sua arrecadação, e isso só vai ocorrer se estimularmos a economia e o setor produtivo do Distrito Federal, que é o principal parceiro para o combate à crise financeira na nossa cidade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Liliane Roriz, Deputado Rodrigo Delmasso, eu quero cumprimentar V.Exa. por esse debate e dizer que os desvios do Pró-DF são constantes e frequentes já há muitos anos. Inclusive, chegamos a ter uma CPI aqui na Casa, mas me parece que ela não identificou irregularidades – temos de ter muito cuidado com a natureza de uma CPI. Eu não estive presente ao debate feito nessa CPI, então, não tenho aqui acúmulo de conhecimento para falar do que transcorreu no interior dessa comissão. Mas eu quero dizer a V.Exa. que o Pró-DF é um programa extremamente importante quando bem utilizado. Eu tenho que elogiar aqueles que implantaram estruturas produtivas.

V.Exa. está correto: normalmente programas de incentivo na base de terreno estão associados à agregação de valores – contribuição na geração de renda e de emprego. Nós sabemos que algumas atividades, apesar de serem características de comércio e serviços, não são portadoras dessa qualidade. Infelizmente, em Brasília, o programa Pró-DF foi amplamente utilizado para essa finalidade.

Eu li hoje o Jornal de Brasília e vi o que V.Exa. fez. Quero parabenizar o mandato de V.Exa., acho que são corretas essas atitudes fiscalizadoras. Portanto, Deputado, prossiga nessa caminhada. Creio que Brasília precisa de homens e mulheres públicos que tenham essa sensibilidade de dar ao Estado uma feição de transparência. Parabéns.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. tem total razão. O Pró-DF muitas vezes foi utilizado como programa eleitoral para beneficiar uma pequena parcela que não iria gerar emprego, renda e até mesmo arrecadação de impostos.

Nós precisamos, como Câmara Legislativa, Deputado Chico Vigilante, pensar Brasília. Precisamos trabalhar para que no Distrito Federal um programa tão importante como esse incentive a economia. Na realidade, de uma forma correta, o Pró-DF é uma grande solução para o combate à crise financeira. Por quê? Porque, se continuarmos achacando o setor produtivo, nós só vamos aprofundar ainda mais a crise financeira do Distrito Federal.

Quero aqui plagiar uma fala da Presidente da Câmara Legislativa, que diz que recursos, investimentos não têm porteira nem fronteira. O empresário que se sentir com a carga tributária muito grande pode atravessar a fronteira do Distrito Federal e gerar emprego, renda e imposto no Estado de Goiás.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Deputado Chico Vigilante, Deputado Wellington Luiz, o que nós precisamos é tratar esse programa de uma forma séria.

Para concluir, nós não somos contra – quero deixar aqui bem claro – a abertura de instituições de ensino. Nós sabemos que o Distrito Federal vem numa quantidade crescente principalmente de alunos que saem do ensino médio para o ensino superior. Mas não podemos deixar que programas de extrema importância como o Pró-DF venham a ser utilizados para entregar terrenos a setores que não vão atender os principais critérios estabelecidos naquele programa. Aquele terreno, como eu disse, precisa ser destinado ao que verdadeiramente está no papel: um lugar para gerar emprego, que gere oportunidades e que ajude a desenvolver a economia e aumentar a arrecadação de impostos no Distrito Federal.

Eu tenho certeza de que o que o setor produtivo mais quer é que a crise financeira passe. E, acima de tudo, quer ser aliado na construção de um novo projeto. Não um projeto que vá afundar o Distrito Federal, mas que vá dar um exemplo para o Brasil de que a Capital da República tem, sim, condições de vencer a crise, principalmente aliada com o setor produtivo.

Quero aqui também citar e parabenizar os concursados que passaram nos concursos que estão previstos no Projeto de Lei nº 2.035, de 2014. Eles estão aqui legitimamente pedindo a derrubada do veto do Governador para que eles possam ser contratados visando à melhoria do atendimento público e de qualidade nos setores citados nesse projeto de lei vetado pelo Governador. Tenham a certeza de que nós, Deputados do bloco Amor por Brasília – eu, Deputada Luzia de Paula, Deputado Lira, Deputado Julio Cesar, Deputado Bispo Renato Andrade –, estaremos juntos para a derrubada desse veto por amor a Brasília e por amor ao Brasil.

Muito obrigado e que Deus os abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Muito obrigado. Mais uma vez, quero manifestar nosso apoio a essas categorias. Já nos manifestamos assim, anteriormente, e continuamos da mesma forma. Vamos pressionar. Esse veto vai ser derrubado, para o bem de Brasília. Contem com o apoio dos nossos Deputados.

Sra. Presidente, hoje eu tenho tanta coisa para falar, que eu queria saber de V.Exa. se posso adiantar a minha fala de Líder de amanhã para hoje. É tanta coisa! Mas vou começar aqui por uma preocupação muito grande. Eu vi a entrevista de um secretário – isso se tornou até corriqueiro – dizendo que há uma ameaça de demissão de servidor público. Nós estamos aqui querendo contratar, e há pessoas no governo dizendo que existe o risco de demitir servidor público concursado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Vejam bem, eu estou no serviço público há 28 anos. Eu me aposento agora em maio. São 28 anos de segurança pública. Pela primeira vez na história – passamos por inúmeros governadores, inúmeros presidentes da República – eu ouço alguém do governo dizer que se corre o risco de mandarmos os servidores públicos concursados embora. Demiti-los, Deputado Prof. Reginaldo Veras! Das duas uma: ou este governo realmente chegou ao fundo do poço – é o caos declarado –, ou então colocaram um bode na sala.

Aí vêm com aquela história: “Não, está bom, então a gente não demite, mas a gente também não contrata e nem dá mais aumento”. Tomara que a estratégia seja essa. Se realmente a estratégia for essa de demitir por uma questão de necessidade, então cabe, Deputado Ricardo Vale, uma intervenção nacional no Distrito Federal. Nós temos que ficar sob intervenção ou, então, abrir a CPI das contas públicas para descobrirmos o que de fato está acontecendo.

Esta Casa, no primeiro trimestre, teve o desgaste de aprovar medidas extremamente impopulares. Acabamos com um monte de cargos comissionados. Fizemos uma série de ações que, com certeza, desagradaram a população e os nossos eleitores. E o governo vem agora com um novo pacote, com ameaça de demissão e com ameaça de calote ao setor produtivo. Então, o que de fato foi feito por este governo até agora? O que de fato aconteceu? Esta Casa tem a obrigação de cobrar, Deputado Dr. Michel. Nós temos que saber o que de fato está acontecendo, porque estamos falando de demissão de servidor público, estamos falando de calote no setor produtivo. Podem ter certeza absoluta, volto a dizer: se não for o bode na sala, alguma coisa, Deputado Chico Vigilante, tem de muito errado. Não pagamos um bilhão e meio de dívida que havia. Não pagamos! Então, está lá, vamos dar o calote! E ainda não temos dinheiro? Nós demitimos, aprovamos um pacote de maldade, mandamos para a Câmara agora outro pacote de maldade... E aí? Quando vai haver um resultado prático? Quando a população vai ter uma notícia boa? Ou será que serão quatro anos de tragédia?

Então, acho que está na hora, se é pelo pacto por Brasília, de esta Casa reagir a tudo isso. Eu acho que é necessário que Brasília agora cobre desta Casa uma postura, um gesto, em favor da população, independentemente de sermos Base ou Oposição ao governo. Temos que ser base da população. Temos que ser base do povo de Brasília, porque estou preocupado. Sinceramente estou preocupado.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, nós não poderíamos esperar algo diferente de um Deputado com a sua proficiência. Realmente, ficamos aqui lisonjeados com as suas colocações porque, quando V.Exa. se propôs a ser Deputado, V.Exa. sempre disse que estaria do lado do povo. E esse é o momento de mostrarmos de que lado estamos: se estamos do lado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

de uma situação que só vem para prejudicar a comunidade ou se estamos do lado da comunidade.

Eu disse: sou Brasília independentemente de qualquer situação. Eu sou Distrito Federal independentemente de qualquer situação.

Veja você a situação em que se encontram os estudantes concursados, que não conseguem suas nomeações. Veja você a situação em que vai – olhe bem – se encontrar o dono de imóveis dentro do Distrito Federal com esse aumento de IPTU. Veja você a situação em que vai ficar, no ano que vem, a questão do ITBI. Veja a questão da isenção do IPVA. Acabamos com o setor produtivo. O que vai ser deste País? O que vai ser desta Brasília? O que vai ser deste Distrito Federal?

Então, eu não poderia esperar algo diferente de um pronunciamento de V.Exa. Quero me ombrear a V.Exa. e dizer: demitir servidor público, não! Aí se chegou ao fundo do poço. Não há mais o que se falar. É melhor apagar a luz do que uma situação como essa. Estou aqui lutando para que nomeiem aqueles que foram concursados, e estão querendo aqui mandar embora servidor público? Pode fazer uma enquete com os 24 Deputados, inclusive, com a Presidenta que agora está ali na frente, Deputada Liliane Roriz, e que está ali balançando a cabeça... Servidor não é culpado da crise. Servidor público é para servir o público e não para ser demitido depois de uma maratona de concurso – V.Exa. sabe disso e eu também sei. E há necessidade de ter o servidor público nos quadros do Distrito Federal.

Veja você: fiquei sabendo que, não fiz o levantamento, com esse tanto de demissão de servidor público comissionado, economizou-se 40 milhões de reais. Só que tem um problema sobre o qual o Senhor já falou, eu já falei e a maioria aqui já falou: gasta-se por mês 8 milhões para manter trezentos e setenta e poucos policiais lá na SEJUS – Secretaria de Justiça, sendo que esses policiais entrariam no Fundo Constitucional, não entrariam na LRF porque não entram na fonte 100. Falei isso outro dia lá dentro e o governador, e aí tenho que defendê-lo, disse o seguinte: “Como é que é?” Falou isso lá na última reunião. Um secretário que eu acho que está desinformado... O Rodrigo tem que bater o pau na mesa, dizer que ele é o governador, tirar aqueles incompetentes e dizer o seguinte: “Negativo. Já mandei tirar e é para tirar.” Aí ele falou: “Não, mas depois tem o transbordo.” Mas já transbordou? Não. Então, está-se gastando na fonte 100 o que poderia estar dentro do Fundo Constitucional. Ou seja, a cada dia que passa só vemos absurdos. Eu comparo isso ao crime: a cada dia você vê um crime pior, a cada dia você vê uma falácia pior de algum secretário.

Eu já falei: acredito no Governador Rodrigo Rollemberg. Acho que ele está com boa intenção, mas, se ele não tomar a rédea do governo dele, não vai ter mais jeito, porque está começando a pegar: governo inoperante, governo que não faz nada. São 140 dias de governo. O que foi feito até agora? E aí, os 24 Deputados têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

que tomar vergonha na cara. Hoje me fizeram uma pergunta: “O que é que os Senhores já fizeram nesses 140 dias?”

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Espera aí. Nós fizemos e posso mostrar. Votamos aqui várias leis para que ele pudesse governar lá.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Espera aí. Veto, veto, veto. Vamos votar o veto, então. Se votarmos o veto já anima... Vamos votar o veto também. Presidenta, coloca o veto para ser votado. Vamos votar esse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, não tenho o menor problema com isso. Se for para colocar, colocaremos.

DEPUTADO DR. MICHEL – É isso aí, Presidenta.

Deputado Wellington Luiz, quero dizer ao Senhor que fico lisonjeado em tê-lo como Líder do meu bloco. Espero que os outros aqui se manifestem em solidariedade à sua fala. Em momento algum, a sua fala aqui é para desmerecer o governo, e, sim, para alertá-lo da situação em que estamos entrando. Abra o olho, porque ainda dá tempo.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Michel.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu queria que vocês tivessem um pouquinho de paciência. Não estava programada a abertura da galeria, e pedi que a abrissem para vocês entrarem. Eu queria que vocês se contivessem um pouquinho para todos os Deputados falarem, que vocês tivessem um pouquinho de compreensão. Sei que vocês terão. Muito obrigada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu gostaria de pedir contribuição, até porque vamos votar a favor de vocês. Então, eu gostaria de contar com vocês da mesma forma que vão contar conosco.

Sra. Presidente, apenas para arrematar muito rapidamente esse assunto, quero dizer que de fato o governo não disse exatamente para que veio depois de tantas medidas. Mas há uma coisa aqui que me incomoda ainda mais: estamos falando de melhorias no serviço público, e o governo ameaça apresentar, Deputado Chico Vigilante, uma proposta para atacar o regime previdenciário. Esses servidores que estão próximos a entrar já serão prejudicados por mais uma proposta do governo.

E aí, vou dizer uma coisa aqui e queria que os nobres colegas prestassem atenção. Até alguns dias atrás, eu estava já incomodado de tanto o governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

reclamar do governo anterior, essa história de terra arrasada. Só houve um governo que não reclamou do anterior: Tomé de Sousa, porque foi o primeiro. Os demais, todos saíram reclamando. Só que já estou com saudades, Deputado Ricardo Vale, daquela reclamação, porque agora o governo usa como estratégia outro alvo. O vilão da história agora é o servidor público. Deputado Juarezão, V.Exa., que é servidor público, sabe a dificuldade de se passar em um concurso, como esses meninos e meninas – carinhosamente chamando – sabem. Agora o governo ameaça demitir, o governo ameaça atacar o regime previdenciário, criando um teto e uma pensão complementar. Esse é um modelo falido! Aquilo que deu errado, o Governo do Distrito Federal apresenta como proposta.

Então, esta Casa tem uma responsabilidade: nós fomos eleitos pelo povo, pela população, foi por quem está nas galerias, não foi pelo Governador e pela sua equipe de secretários; temos que honrar o voto que nós recebemos com dignidade. Não podemos nos envergar ao poder do Executivo.

Fecho o assunto lembrando que, quando a gente reclama, tem procedência. Semana passada, Sra. Presidente, nós não permitimos que aprovassem aqui, e a Deputada Telma Rufino se lembra bem disso, que queriam tirar de Arniquireiras 18 milhões, queriam tirar da Ceilândia, queriam tirar do Sol Nascente, queriam tirar do Buritinho e de São Sebastião. Sabem o que nós descobrimos? O governo fez uma suplementação de quase 40 milhões para o SLU. Então, qual era a necessidade de se tirar dinheiro das áreas prioritárias? Está aqui no Diário Oficial. O Líder do Governo talvez possa me explicar isso. Meu Líder, está aqui: 40 milhões de suplementação, no Diário Oficial de quarta-feira, 13 de maio. Ou seja, se tinha dinheiro, qual era a necessidade de se tirar de áreas prioritárias, massacrar quem já está massacrado? Então, são perguntas para as quais a gente gostaria de respostas.

Outra pergunta é quanto ao Decreto nº 36.359, de 2015, que diz aqui o seguinte – Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. que é um homem do mercado, talvez me ajude a explicar isso aqui –: “Art. 82. As notas de empenho inscritas em Restos a Pagar, não processados no encerramento do exercício de sua emissão, terão validade até 30 (trinta) de junho do exercício seguinte, sendo automaticamente canceladas, vedada a sua reinscrição”. Então, Deputado Rodrigo Delmasso, fico preocupado. Espero que isso aqui não seja um calote. Espero, sinceramente, que haja uma resposta.

Mas, para não dizer que eu só ataco, eu quero parabenizar o governo. O Governo do Distrito Federal estuda cobrar os invasores de áreas públicas. Sabe de onde, Sr. Presidente? É do Lago Sul e do Lago Norte. Será que para a Ceilândia, para o Sol Nascente vai ter o mesmo tratamento? Para Samambaia vai ter o mesmo tratamento? Ou será que é só para o Lago Sul?

Volto a dizer: está correto, é isso mesmo, estão lá, podem preservar. Deixo bem claro: parabenizo o governo por essa ação, só espero que se lembrem dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

pobres, e que em vez de mandar os tratores para conversar com a população do Sol Nascente, mandem os procuradores que foram negociar com o Lago Sul.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu quero deixar claro para os companheiros e as companheiras que estão buscando a derrubada do veto que nós temos aqui quatro votos pela derrubada do veto, que são os quatro votos da bancada do Partido dos Trabalhadores. Portanto, o PT vota pela derrubada.

Segundo, acho que algumas coisas têm que ficar claras. O Governo do Distrito Federal joga com a desinformação e com o terrorismo quando ameaça demitir servidor público concursado. Porque para chegar a este ponto, primeiro tem que se ter ultrapassado 49% da arrecadação com salário de pessoal. Só está em 46%. Portanto, tem que ultrapassar 49%. Ultrapassados os 49%, ainda tem que se demitir os comissionados. Só depois de demitidos os comissionados, se não chegar ao ponto, aí sim poderá se pensar em demitir servidor que não seja de área estratégica, tipo Saúde, Educação e Segurança. Portanto, ele joga com a desinformação para aterrorizar a população do Distrito Federal.

Na verdade, o pano de fundo dessa história, Deputado Wellington Luiz, é mais uma vez mandar a carga tributária que nós já vetamos uma vez nesta Casa, e o governo quer mandá-la de volta. Eu vi o Secretário de Governo dizendo que ao em vez de 20% irão cobrar 10%, mais a inflação, até completar aquilo que ele julga que deve ser cobrado. Não diz o quanto. Há lugar que é quase mil por cento. Portanto, é isso. Tenta aterrorizar também dizendo que as pessoas aprovadas em concurso, como as que estão nas galerias, não serão contratadas. Mas vocês têm o direito de serem contratados, porque passaram no concurso. Aterrorizam também, Deputado Ricardo Vale, para intimidar o pessoal da saúde e da educação. Esse é o jogo. Nós não vamos aceitar em hipótese nenhuma isso! Nós estamos a favor de Brasília.

O que já fez o governo, Deputada Telma Rufino? Aterrorizou o setor produtivo. O desemprego aumenta de maneira vertiginosa no Distrito Federal. Só na construção civil, já são 9 mil operários demitidos. Isto é o terror estabelecido. Portanto, é o governo que pode ser taxado de Rollemtaxa. Ao invés de Rollemberg é Rollemtaxa, porque só fala em aumentar taxa. Porém, deveriam verificar a gravidade da saúde. O que as televisões mostraram neste fim de semana, tanto a *Globo*, *SBT*, *Bandeirantes*, e os jornais também, é o terror estabelecido na saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Você chega ao hospital e não há absolutamente nada para atender a população. Nem dipirona! Nem álcool! Nem papel higiênico tem mais! É esse o quadro. Quadro terrível. E vem agora o Secretário de Saúde – o que é uma vergonha, você veja, depois de cinco meses de governo, decretado o estado de emergência, aparece o Secretário de Saúde, cinco meses depois – para dizer que a medida que ele está tomando é mandar uma carta para verificar o motivo de tantos atestados estarem sendo apresentados. Se estão dando atestados é porque estão doentes. Não acredito que alguém vai apresentar um atestado sem estar doente. São médicos que estão dando atestados. Não acredito que haja um conluio de médicos, um querendo proteger o outro. Na verdade, é para jogar a opinião pública contra os médicos! É para jogar a opinião pública contra os atendentes! É para jogar a opinião pública contra os enfermeiros! E nós não podemos aceitar isso em hipótese nenhuma.

Ficam dizendo que não há dinheiro. Hoje, está nos cofres do Distrito Federal, neste exato momento, segundo o SIGGO, e o SIGGO não mente, 1 bilhão, 636 milhões de reais depositados em caixa. Vou repetir: 1 bilhão, 636 milhões de reais. Portanto, o que está faltando é competência, seriedade. O Governador Rollemberg dizia em sua campanha que faltava gestão. Dinheiro havia. Faltava gestão. E eu digo: dinheiro continua tendo, só que agora não há gestão e falta vergonha na cara da maioria dos gestores. Tem problema de habitação? Em vez de chamar as pessoas que compraram, que não são invasoras, que não são grileiros, para um processo de negociação, é mais fácil mandar a Polícia Militar, tirando das ruas os policiais que estão fazendo a segurança pública, e colocá-la junto com os tratores para derrubar as casas de quem construiu. É o terror estabelecido, é o governo do terror. Eu diria como o Presidente Lula: nunca antes na história do Distrito Federal se viu tanto desânimo, tanto desespero e tanta falta de vergonha na cara de determinados dirigentes do governo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Por favor, não tem mais espaço na galeria. É até perigoso. Deixem o Deputado concluir que eu vou solicitar à Segurança, para ver o que podemos fazer.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte do Deputado Julio Cesar. O Líder do Governo foi Secretário no Governo Agnelo, e deve ter muito o que falar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado, obrigado pela consideração de me ter concedido o aparte. Quero dizer que ouvi atentamente o que V.Exa. e o Deputado Wellington Luiz falaram a respeito das declarações que foram feitas dias atrás em relação aos servidores, de que poderia haver demissão em massa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Vindo para cá, entramos em contato com o Governador, que pediu que eu viesse a esta Casa e deixasse todo mundo ciente de que não haverá corte, não haverá demissão de nenhum tipo de servidor. Fiquem tranquilos, foi passada uma informação incorreta, sem a clareza com que deveria ter sido passada. Então, eu quero tranquilizar todos os servidores de Brasília: não haverá demissão de servidores. Deixo isso bem claro, porque houve essa indagação, e o nosso Deputado Wellington Luiz falou também sobre isso.

Ouvindo atentamente V.Exa., que falou do terror que Brasília está vivendo, não é diferente do que o Governo Federal vem fazendo também com a população no Brasil. A gente vê as medidas provisórias que eles estão querendo aprovar. Estão querendo ampliar a questão do seguro desemprego. Então, é algo genérico, não só Brasília está vivendo esse problema, como também o Brasil todo. A gente está vendo na Câmara dos Deputados a discussão dos pacotes, do ajuste fiscal que vai haver, o número que vão cortar do Orçamento.

Eu quero dizer o seguinte: claro, muitas coisas têm que ser revistas aqui em Brasília, mas quero deixar claro que o governo está trabalhando, há uma perspectiva. A informação que foi passada no dia de ontem e na sexta-feira deixou realmente o servidor público muito preocupado, mas o Governador Rodrigo Rollemberg pediu para dizer que isso não vai acontecer, porque ele está trabalhando veementemente para que não aconteça.

Agradeço a V.Exa. o aparte concedido.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. Seria de bom alvitre o Governador determinar quem fala pelo governo. Seria interessante. Quem fala pelo governo? Cada secretário fala o que quer, do jeito que quer, da maneira que entende, e estão aterrorizando a cidade. O que está acontecendo na saúde é um terror. O Deputado Juarezão é da saúde, é terror puro, incompetência. Felizmente hoje o Corregedor – mais parecia um sujeito truculento – que era da saúde caiu.

Deputado Julio Cesar, V.Exa. foi Secretário do Governo Agnelo e sabe que não ficou o rombo que o Governo Rollemberg diz que ficou. O partido de V.Exa. é governo no Distrito Federal e é governo em nível federal. Portanto, são as coisas, é o Brasil. Eu sou governo federal e sou Oposição aqui. Qual é o papel do Governo Rollemberg? Escolher a base dele e ver se a base está disposta a votar aumento de imposto. Eu não voto, não voto, e eu moro na Ceilândia. Vou votar contra, até porque nós ficamos quatro anos sem aumentar um centavo de imposto.

Agora querem aumentar tarifa de ônibus, aumentar o IPTU, não incentivam o setor produtivo, geram mais desemprego, derrubam as casas de quem construiu e não vendem material de construção, não contratam os concursados e não têm dinheiro para girar a economia.

O nosso Governador Rollemberg era Senador da República, o que pressupõe que é um homem bem informado e conhecia como ninguém as contas do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Federal. Ninguém o obrigou a disputar as eleições, disputou porque quis. Quando um cidadão disputa uma eleição, herda os bônus e os ônus. Agora quer os bônus para ele e dividir os ônus com a população? É inaceitável!

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. disse que fui Secretário no Governo Agnelo. Concordo, mas não coloque palavras na minha boca ao dizer que o governo não deixou um rombo. V.Exa. sabe muito bem que deixou, sim, um rombo gigantesco. Fui Secretário de Esporte e estive várias vezes com o Secretário Berger e com o Secretário Paulo Antenor, para demonstrar como estava a situação na Secretaria de Esporte: nunca tinha dinheiro, precisava fazer contratos e não havia orçamento.

Fui Secretário, respeito o Governador Agnelo, sempre o respeitarei, mas não posso admitir que V.Exa. diga que eu vi que não deixou rombo. Deixou sim. Talvez não seja esse valor que todos falam, mas que deixou, nobre Deputado, deixou.

Outra coisa: V.Exa. fala para derrubar o veto, mas quem não sancionou essa lei foi o Governador no ano passado, coisa que poderia ter feito. Então, vamos deixar isso bem claro. Hoje estamos conversando com os Líderes para ver se colocamos em votação o veto. V.Exa. deveria, na época que o Governador Agnelo vetou, ter cobrado de S.Exa. que não vetasse.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, já que será feita a consulta aos Líderes, o Bloco Amor por Brasília encaminha pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vou fazer a consulta sobre a derrubada do veto. Alguns Líderes estão no plenário, e quero saber qual a manifestação dos outros Líderes.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com relação às palavras do nobre Deputado Chico Leite, no ano passado foi aprovado aumento de salário de servidores e esse aumento está refletindo neste ano. Se o governo não tiver como pagar, vai ficar sangrando mais um período. Dinheiro não dá em pé de árvore nem cai do céu. Se não houver planejamento das finanças, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

governo não terá como honrar o aumento dado aos servidores no final do ano passado. Até esta Casa corre o risco de não receber salário.

Essa é uma observação que fazemos, Sra. Presidente, sem contar que a arrecadação do governo diminuiu consideravelmente. No entanto, os gastos com salários de servidores precisam ser honrados. E agora pergunto: o que fazer para ajustar as contas do atual governo? É complicado. Por isso tem de ser levado em consideração tudo que está sendo votado nesta Casa com relação ao desenvolvimento do Distrito Federal, para que o governo não trave.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é engraçada a maneira como as pessoas falam aqui. Primeiro, o governo dizia que era um rombo de 1 bilhão e 500 milhões. Depois dizia que era de 3,5. Depois disse que era de 5, depois disse que era de 6, e até hoje não provou rombo nenhum, porque não existe. O governo diz que não pode contratar as pessoas, fica ameaçando demitir servidores, entretanto é só verificar a Seção 2 do Diário Oficial de hoje. Olhem lá! Para quem não tem dinheiro, verifiquem o tanto de CNEs que foram nomeados no SLU hoje. Eu não tenho notícia de CNE varrendo rua ou catando lixo. CNE são os apadrinhados do governo. Aumentou a folha em mais de 300 mil e estão lá todos nomeados. Aí, vem dizer que não tem dinheiro para contratar servidor? Portanto, as coisas precisam ser ditas do jeito que elas estão.

Com relação a pagamento de servidores, a dar aumento a servidores, em catorze estados brasileiros os professores estão parados. Em Brasília, não estão porque foi dada dignidade a eles. Portanto, é uma questão de opção saber se quer construir viaduto ou se quer pagar salário digno. Salário digno não tem como ter desvio. Portanto, essas são as questões que têm de ser colocadas.

Uma coisa é o governo dizer aos Deputados, outra coisa é trazer números. Não traz! Nós sempre estamos trazendo aqui os números, incontestáveis, porque contra número não tem outro dado. Número é número. Como dizia o saudoso Itamar Franco: “Os números existem. Os números não alteram. Os homens alteram os números.”

É isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, quero deixar bem claro, com muito respeito ao Deputado Lira, que obviamente tem que haver planejamento. Em todo governo há isso, mas quero deixar bem claro que o que trava o governo hoje é a falta de servidores na saúde, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

falta de médicos. A população clama para continuar viva, Deputado Lira. É a falta de professores. O que trava é não contratar esses servidores e conceder um péssimo serviço para a população do Distrito Federal. Muito bem lembrou o Deputado Chico Vigilante, dinheiro para a CNE tem, mas dinheiro para essas pessoas que vão tocar o serviço público não tem! É realmente de se achar muito estranho.

Mas a minha manifestação, Sra. Presidente, é para dizer que o Bloco Democrático Trabalhista Progressista está pronto para votar e derrubar esse veto e dar à população dignidade.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Já foi aberta. Colocaram mais trinta. Não tem como entrar mais. Já perguntei.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. aqui presentes, servidores da Casa, colegas Parlamentares, primeiro quero me solidarizar com o pessoal do Metrô. Seguindo a orientação do Líder do nosso bloco, Deputado Wellington Luiz, também estou pronto para votar. Eu gostaria que colocassem em votação ainda hoje para votarmos isso.

Quero aproveitar esta oportunidade e dizer a vocês que, na semana retrasada, eu estive aqui nesta tribuna para tratar do projeto de lei que chegava a esta Casa sobre o crédito de 165 milhões para coleta de lixo do SLU. Daqui mesmo, eu fiz vários questionamentos e informei erros formais e legais no projeto.

Na semana seguinte, sem nenhum retorno por parte do governo, sem nenhuma resposta, colocou-se em votação o projeto e foram apresentadas várias emendas. O nosso bloco mesmo apresentou emendas para garantir os recursos para as obras e áreas mais pobres, reduzindo o valor em 70 milhões de reais o projeto original.

O governo, em todo o momento, disse que não teria de onde retirar, mas um dia após, Deputado Chico Vigilante, foi publicado um decreto acrescentando mais de 38 milhões aos cofres do SLU, receitas oriundas da Terracap. Mesmo assim, representantes do governo nos diziam que ainda era insuficiente e que, se a coleta parasse, seria culpa da Câmara Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Agora somos culpados pela ineficiência da gestão do Estado! Para dar a minha contribuição, com o crédito aprovado, mais o suplementar, ficaria faltando somente o mês de dezembro, em torno de 35 milhões de reais. Para evitar que nos chamem de culpados, existe uma fórmula simples, Deputado Cristiano Araújo. Licitar, sim, todo o Orçamento numa modalidade chamada Registro de Preços, coisa que o Comitê Gestor do Governo sabe muito bem como funciona.

Será que o Comitê Gestor do Governo atentou para isso? Dessa forma, pode se gastar mensalmente como quiserem utilizando aquele limite e quando for necessário, se faltar mais dinheiro no mês de novembro e dezembro, pode-se mandar o projeto para a Câmara Legislativa, que, podem ter certeza, o apoio do nosso partido, do nosso bloco, o governo terá.

Aproveitando ainda este momento, eu gostaria de trazer alguns números constantes do SIGGO, baseado no qual o governo diz não ter dinheiro. Vamos aos dados até já alertados pelo Deputado Chico Vigilante.

Estão aqui os dados retirados do SIGGO.

Nós temos aqui no Banco de Brasília, no dia 15 de maio, R\$45.800.000,00 (quarenta e cinco milhões e oitocentos mil reais). Em outra conta no mesmo Banco de Brasília, R\$107.000.000,00 (cento e sete milhões de reais). No Banco do Brasil, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Na Caixa Econômica Federal, R\$547.000,00 (quinhentos e quarenta e sete mil reais). Em CDB, uma das contas com R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais). Outra conta aplicada em CDB de R\$198.767.000,00 (cento e noventa e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais). Em poupança, R\$32.054.000,00 (trinta e dois milhões, cinquenta e quatro mil reais). No fundo a curto prazo R\$58.421.000,00 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e um mil reais). Remuneração sobre Depósito Bancário, que é juro de dinheiro parado, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

É muita grana! Tudo isso aqui, gente, para a área de saúde.

Em caixa há R\$452.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões de reais). Aí eu faço uma pergunta a vocês: tem dinheiro? Tem. Falta remédio? Falta. Dinheiro para pagar fornecedores e comprar remédios não tem, mas gastar R\$8.958.000,00 (oito milhões, novecentos e cinquenta e oito milhões de reais) para compra de computadores superfaturados, em ata de registro de preço, isso tem.

Estão aqui empenhados 251 computadores. 2.551 computadores ao custo de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), Deputado Rodrigo Delmasso.

Computadores para a Secretaria de Saúde têm. O que é mais importante, Deputado Rodrigo Delmasso? Os reagentes que estão em falta para exame na Secretaria de Saúde para diagnosticar a dengue ou computadores? Inclusive, Parlamentares desta Casa contraíram dengue. Quatro pessoas do meu gabinete



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

contraíram a doença também. Não há reagentes! Mas para computador tem! O que está faltando, gente? Gestão!

Antes de terminar, quero parabenizar uma nota que saiu no *Correio Braziliense* do senador Reguffe. “Nossa carga tributária já é abusiva, cabe aos governos, tanto local como federal, pensar em ser mais eficientes e diminuí-la. E não o oposto, que é aumentá-la. Sou contra esses aumentos de impostos. Meu lado é o lado do contribuinte”. Pois, Senador, ajude-nos, porque S.Exa. ajudou na eleição do Governador Rodrigo Rollemberg. Converse com ele, não o deixe mexer na previdência de servidores, para uma economia pequena, porque não vale a pena. Converse com ele, Deputado Chico Leite, para que não se dê o calote nos empresários e para que não se aumentem os impostos. Talvez ele escute o senhor.

Quando se quer aumentar receita, libera-se e desburocratiza-se a emissão de alvarás e Habite-se, que voltaram a ser centralizados, mais burocratizados como nunca. Hoje mesmo estivemos em um almoço com o pessoal do setor produtivo, e há mais de dez mil processos para ser analisados, emperrando, assim, os investimentos dos empresários brasileiros.

Quando se quer reduzir despesa, não se têm, Deputado Cristiano Araújo, vinte e cinco secretarias. Vamos nos remeter ao nosso estado vizinho, Goiás, Deputado Chico Leite. É um estado muito maior, com mais do dobro da população do Distrito Federal, e eles conseguiram reduzir o custo, encher a máquina pública, Deputado Lira, com apenas quatorze secretarias. Quatorze secretarias para gerir um estado daquele tamanho, e aqui há 25. E diz-se que se reduziu o custo, Deputado Chico Leite. Goiás tinha dez, mas aumentou quatro.

Lembrem-se de que temos de aprender com as dificuldades. Parafraseando Augusto Cury, o caos não é ruim, é uma oportunidade para estimular as ideias. Outra frase também que eu não poderia deixar de falar para vocês é que, quando não há espaço para errar, o ser humano começa a mostrar as suas qualidades.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, futuros servidores do Metrô presentes, vocês têm o nosso apoio. Na semana passada, passou, nesta Casa, uma matéria que tratava da viabilidade de empréstimos do Metrô para duas novas estações, bem como para a compra de uma série de outros equipamentos. Naturalmente, não teremos como dar os desdobramentos se não houver o quadro ampliado.

O Deputado Chico Leite fez uma belíssima audiência pública aqui e trouxe, inclusive, o presidente do Metrô, que definiu como prioridade, neste governo, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

política de utilização dos trilhos como forma racional e eficiente de ampliar a rede no Distrito Federal. Portanto, vocês têm o nosso apoio, e isso vai estar em consonância com o discurso feito na audiência pública.

Sra. Presidente, quero trazer aqui uma observação feita pelo nosso Líder que muito tem me preocupado. Ontem eu não estive na reunião promovida pelo Governo do Distrito Federal, na Câmara, para apresentar as proposições que se pretende encaminhar nos próximos dias, mas a nossa assessoria esteve presente. Eu mantive contato pelo telefone, pois ontem eu estava em agenda externa.

Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, foi dito na reunião que o governo teria um montante de restos a pagar de um bilhão e meio. Deputado Chico Leite, V.Exa. é conhecedor e o nosso Líder de Governo também, pela função, de que restos a pagar, para serem reconhecidos, têm de ser publicados no Diário Oficial. Não podem ficar na gaveta nem do Secretário da Fazenda nem de nenhum secretário.

Quero elogiar a Diretora Executiva do SLU, que, ao fazer o debate da suplementação orçamentária, apresentou, no relatório do SLU, o montante destinado a restos a pagar, no valor de oitenta milhões de reais, dos quais já haviam sido pagos vinte milhões de reais. O governo publicou o montante em torno de 887 milhões de reais. Portanto, novecentos milhões de reais são os restos que o Governo identifica e se propõe a pagar.

Até o momento, o Governo fez frente a 337 milhões de reais, faltando 441 milhões de reais, portanto. Diga-se de passagem que, pelo Decreto nº 32.598, de 2010, até 30 de junho, Deputado Rafael Prudente, têm que ser reconhecidos ou serão suspensos, deixarão de existir esses restos a pagar. Portanto, é fundamental o Governo, neste momento, em que se apresenta um debate de aumento de tributos, de contenção de gastos, convencer esta Casa onde estão os gastos previstos ao longo do ano, no que diz respeito a pessoal. E, nos contratos, em nível de cada uma das secretarias.

Não podemos trabalhar, Deputada Telma Rufino, em tese. Não temos como tomar uma decisão se, de fato, não tivermos conhecimento real da situação. E, para isso, o primeiro deve ocorrer na próxima semana, Deputada Liliane Roriz. V.Exa. sabe, até porque sua assessoria é bastante competente, que, na próxima semana, sai a avaliação relativa aos quatro primeiros meses do ano, no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir daí, Deputado Bispo Renato Andrade, teremos o entendimento do Governo no que diz respeito à continuidade ou não das suspensões de contratação.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. disse que o Governo fez novas nomeações e estou sem entender isso, já que antes de ser publicado o novo patamar da Lei de Responsabilidade Fiscal, só podem ser feitas nomeações para substituição. Em princípio, não pode, a não ser que já tenhamos saído do nível prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Esses esclarecimentos são importantes, Deputada Liliane Roriz, porque o Parlamento não pode ser tratado como uma caixa secundarizada etc. Por último, Sra. Presidenta, estamos aqui para atender, em primeiro lugar, às demandas da sociedade. Entendo que esta instituição tem um compromisso, acima de tudo, com Brasília.

Amanhã teremos a reunião da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, mas eu gostaria de lembrar os colegas da importância – sei que vários já estão encaminhando emendas – do Plano Distrital de Educação. Deveremos ter, em breve, um novo debate sobre a educação no ensino especial, um debate que tem transitado neste plenário, e o Deputado Prof. Reginaldo Veras tem se empenhado muito nisso, até mesmo como Relator dessa propositura.

Quero dizer aos colegas que, até o dia 20, Deputada Luzia de Paula, V.Exa., que é professora, temos que ter aqui o Plano Distrital de Educação votado e sancionado, no que diz respeito à Lei Federal, caso contrário, as transferências para a área da educação serão reduzidas significativamente.

Então, o Governo tem que agir de maneira rápida, de maneira célere, até porque houve um ganho significativo na utilização do trabalho que o Fórum de Educação havia produzido na proposta do Plano Distrital de Educação. Há de se reconhecer, inclusive, que esse foi um trabalho da gestão anterior. É importante reconhecer quem fez o trabalho para que não se ache que tem havido omissão deliberada. Este governo demorou a encaminhar, mas, enfim, temos algumas semanas para deliberar.

Então, Deputada Liliane Roriz, Deputada Celina Leão, que está aqui conosco, é fundamental a Câmara ter claro que, assim como a LDO, que tem que ser fechada neste semestre, temos a responsabilidade de fechar o Plano Distrital de Educação. Portanto, solicitamos todo o empenho e toda a força aos Deputados que pretendem encaminhar proposições e emendas à Comissão, no caso, ao nosso Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Deputada Celina Leão quer fazer uso da palavra, mas, antes disso, eu gostaria de dizer que o acordo do meu Bloco, embora ele só tenha a Deputada Telma Rufino e o Deputado Juarezão, é pela derrubada do veto. Então, não tenho problema nenhum com essa matéria. (Palmas.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, primeiro, eu gostaria de saudar todos os nossos queridos concursados do Metrô. Há, Deputada Liliane, uma expectativa muito grande de contratação desses servidores, até porque na semana passada, como disse o Deputado Wasny de Roure, nós votamos aqui um recurso grande para ampliação do metrô, mas o metrô não trabalha sozinho, precisa de gente para operá-lo. Então, no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

que depender da Deputada Celina Leão, podem contar conosco para a derrubada do veto. Eu queria deixar este registro. (Palmas.)

Eu queria hoje trazer à tribuna desta Casa algo que realmente preocupa esta instituição, não a Deputada Celina Leão. Hoje nós, alguns Parlamentares, fomos convidados, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para um almoço para discutirmos o Distrito Federal, os rumos do Distrito Federal, e eu ouvi uma frase na reunião. O Deputado Rafael Prudente estava presente, o Deputado Dr. Michel, e aqui quero trazer inclusive as escusas do Edson, que convidou alguns segmentos e alguns Deputados. Vamos ter um novo momento com todos os Deputados e todo o segmento.

Algo que foi levado por nós e percebido durante a reunião por todos os Parlamentares foi a necessidade de se fazer algo pelo Distrito Federal. Deputado Dr. Michel, Deputada Sandra Faraj também, Deputada Liliane Roriz, o que Brasília sente é que este Poder também precisa participar do processo decisório, Deputada Telma Rufino. E ouvi uma frase que ficou marcada, Deputado Ricardo, naquela reunião: o segmento produtivo do Distrito Federal pede socorro. Hoje, dos 36 bilhões que nós arrecadamos no Distrito Federal, mais da metade vem do setor produtivo. Se o Distrito Federal não fizer nada, a arrecadação vai cair, e o setor produtivo realmente vai entrar em colapso.

E foi aí que surgiu a ideia, apresentada por vários Parlamentares que estavam presentes, de esta Casa construir um pacto, mas não um pacto por Brasília, um pacto de Brasília sem crise, de que todos os Parlamentares e o segmento produtivo participassem. Nós sabemos que todos os gabinetes têm condição de nos ajudar a construir isso, o setor produtivo também, com a apresentação de várias sugestões criativas para ajudar a tirar o Distrito Federal da crise.

Em um simples bate-papo, foram citadas algumas questões, Deputada Luzia de Paula, cruciais ao desenvolvimento do Distrito Federal. Primeiro, é realmente importante tirar a burocracia que hoje emperra a arrecadação. Hoje a burocracia é realmente um instrumento de dificuldade para a vida do empresariado do Distrito Federal. E gera corrupção porque, se você tem um sistema informatizado que gera toda uma planilha dentro de um tempo hábil, não tem como ter corrupção, ninguém vai passar na frente de ninguém. E é isto que a gente tem cobrado do governo: um pacote contra a burocracia. Isso foi colocado hoje, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Foi colocada também a questão da falta de pagamento a várias empresas do Distrito Federal. Os 3 bilhões de dívidas que existem hoje no Distrito Federal estão gerando uma falta de arrecadação no Estado, que está parado. Então, há, sim, de se ter um cronograma ou de se estudar como vai ser feito esse pagamento. Isso também foi solicitado pelo segmento empresarial.

Outras sugestões foram colocadas lá também pelo segmento. Todos os projetos que chegam à Câmara Legislativa que impactam a sociedade é preciso, sim,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

que sejam discutidos com a sociedade. E é isso que vamos fazer com esse novo projeto que chegou à Câmara Legislativa. Nós vamos discuti-lo, as comissões irão fazer um amplo debate sobre cada tema, mas nós vamos contribuir, sim, com um projeto que seja da Câmara Legislativa para ajudar realmente a tirar o Distrito Federal da crise. Uma pauta positiva deste Poder. É isso o que as pessoas esperam do Poder Legislativo. Não um Poder que carimbe todos os projetos do Poder Executivo, mas um Poder que fique ativo, de pé, que ajude, sim, a arrecadação do Distrito Federal. Eu tenho a certeza de que é essa a intenção de todos os Parlamentares.

Amanhã, V.Exas. estarão recebendo um convite para uma reunião às 14h, na qual discutiremos algumas estratégias na reunião da Presidência e, segunda-feira, teremos uma reunião, também na Presidência, com todo o segmento produtivo do Distrito Federal. Eu quero agradecer a confiança de buscar neste Poder uma saída também para a crise do Distrito Federal, porque estamos aqui, com essa galeria lotada de servidores públicos, falando em solução, em como arrecadar mais, em como tirar o Distrito Federal da crise. Eu tenho a certeza de que essa é uma pauta que interessa ao Distrito Federal inteiro. E é este Poder, sim, que tem que ajudar na condução de tudo isso. Eu quero agradecer e convidar V.Exas. a encaminhar um assessor para participar desse trabalho, em que deveremos produzir esse documento de sugestões ao Poder Executivo no tempo máximo de quinze dias.

No mais, eu também quero aqui agradecer e falar que eu continuo tendo lado, e meu lado é ao lado do servidor público efetivo. Existe muita especulação e muita mentira, mas tenho a certeza de que vários Deputados Distritais aqui desta Casa também, assim como eu, sobre a questão da terceirização, eu sou contrária à terceirização no Distrito Federal. Se formos pegar um histórico que tivemos de terceirização, basta lembrar o Hospital de Santa Maria, onde mais de 38 milhões de desvios aconteceram, e, até hoje, não se recuperou nenhum centavo aos cofres públicos. Está aí, então, o exemplo. Por isso, o melhor caminho é o servidor público efetivo.

Então, Sra. Presidente, conte conosco para a derrubada do veto.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Chico Leite, V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra? V.Exa. está inscrito, bem como a Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem para pedir à Segurança que verifique se ainda há vagas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputada Celina Leão, eu já consultei a Segurança, que me disse que já está no limite, que havia trinta vagas, mas já foram ocupadas por pessoas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – A Segurança avisou. Deixe-me explicar. O pessoal da Segurança está dizendo que faltam 15 pessoas. Fazemos, então, esse apelo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu preferi fazer em forma de questão de ordem para que tenhamos tempo de abrir a votação. (Palmas.)

Antes de me pronunciar sobre a matéria, eu quero reiterar que compreendo que funcionalismo público, que Estado é lugar para concursado. De maneira que já antecipo que sou inteiramente favorável à nomeação de concursados, à profissionalização do Estado na Administração Direta e Indireta. Apenas precisamos observar, é claro, do ponto de vista da admissibilidade. No mérito, inquestionavelmente, somos favoráveis à matéria. Eu vou levar, inclusive, formalmente à direção do Metrô a postulação.

Quanto ao veto, é claro que nós precisamos fazer um estudo da matéria com muito boa vontade. Se houver possibilidade, nós nos manifestaremos pela derrubada.

Mas eu, na verdade, solicitei o uso da palavra, Sra. Presidente...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu solicitei o uso da palavra – e preferi me manifestar assim – porque eu gostaria muito – e vou pedir isso em forma de requerimento à própria Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – que V.Exa. pegasse o trecho do pronunciamento do Deputado Rafael Prudente – eu já estou com as notas de empenho em mãos – relativo à compra, no dizer de S.Exa., superfaturada de computadores na Secretaria de Saúde e transformasse-o numa ação de investigação preliminar na nossa comissão responsável pela transparência. Tenho certeza de que o Deputado Joe Valle, que a preside, também será um apoiador dessa iniciativa.

A V.Exa. eu requeiro que determine que a secretaria separe especificamente esse trecho e, com a juntada do empenho, envie à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para que lá nós possamos abrir um procedimento investigatório.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Correto, Deputado Chico Leite. Encaminharei o assunto à comissão da Casa responsável pela transparência.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, eu quero me solidarizar com vocês da galeria e dizer que sou favorável à derrubada do veto. E isso não é de hoje. Desde que assumi o mandato, eu já venho atendendo o pessoal da Defensoria Pública, do Metrô, da Secretaria de Cultura.

Eu me solidarizo, especialmente, porque vocês venceram uma grande batalha. Não é fácil passar num concurso público. Vocês deram o melhor de si, dedicaram-se muito tempo para que pudessem ter o nomezinho na lista de aprovados. Eu acho que é justo serem nomeados também. Então, eu sou solidária à derrubada desse veto e estou torcendo para que vocês estejam, em breve, trabalhando e fazendo o melhor por Brasília.

Queridos, eu venho a esta tribuna, nesta tarde, com o coração partido com uma matéria que saiu no *Correio Braziliense* hoje, falando do Centro de Ensino Fundamental nº 4, da Ceilândia, que fechou por causa dos traficantes, por causa do tráfico. Resolveram fechar as portas por falta de policiamento na região. Imaginem a situação. Um grupo de traficantes, Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, tomou conta da escola, de maneira que não se pode ter aula.

Isso é o caos, Deputado Ricardo Vale. Isso é o caos. É um quadro absurdo, degradante. E nós não podemos ficar parados.

Há mais de dez anos eu trabalho com a recuperação de dependentes químicos. Há mais de dez anos a gente vem lutando por isso. Nós precisamos de políticas públicas de recuperação de dependentes químicos. Não se pode trabalhar apenas com a prevenção, temos que trabalhar com a recuperação.

Isso aqui é fruto de um descontrole do Estado. Eu queria muito chamar a atenção para essa situação nesta tarde.

Há um levantamento feito por uma ONG chamada Observatório do *Crack*, que envolve pesquisadores de várias confederações, que mostrou o seguinte: esses programas de combate e prevenção do Governo Federal contra o *crack* alcançaram apenas três das dezoito metas estabelecidas nos três primeiros anos, e só atende a 2,2% dos municípios.

Queridos, quero chamar a atenção, porque são famílias inteiras sendo ameaçadas pelo tráfico, e professores, funcionários, todos correm risco. As famílias querem manter seus alunos, Deputado Wasny de Roure, dentro da escola.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Está na hora de a gente se levantar contra essa bandidagem que está aí e exigir que haja realmente políticas públicas de recuperação dos dependentes químicos – não apenas prevenção, mas recuperação. E a melhor das receitas neste caso seriam os centros de recuperação públicos financiados pelo governo porque um dependente químico, uma família carente não têm condições de pagar uma clínica.

Eu abro um parêntesis aqui, Deputado Rodrigo Delmasso. V.Exa. sabe muito bem desse assunto, conhece esse assunto tão bem como eu. A maioria – creio que 80% – das clínicas de recuperação de dependentes químicos que existem no Distrito Federal estão ligadas a uma instituição religiosa, e essas instituições não têm nenhum apoio do Estado. Pelo contrário, não conseguem nem um alvará de funcionamento. Elas têm feito o trabalho do Estado, que deveria botar a mão no bolso e não põe, e ainda não têm nem um alvará de funcionamento. Eu queria pedir a todos os Parlamentares aqui presentes para serem solidários quanto a essa questão. Queria pedir ao governo algumas isenções de algumas contas que é difícil as instituições pagarem. Que dê alguns incentivos para que elas possam continuar funcionando e ajudando o Estado nesse trabalho árduo que ele não tem conseguido fazer.

Fica aqui registrada a minha indignação com essa notícia lamentável de um centro de ensino fechado por causa da ameaça de traficantes.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, galeria, uma boa tarde. Prometo que vou ser rápido, porque eu também estou doído para derrubar esse veto. Até para dar uma resposta para o Governo do Distrito Federal, que, infelizmente, até o momento, bate cabeça, não se entende. A Câmara Legislativa tem uma oportunidade, nesta tarde, de dizer para o Governo do Distrito Federal que, enquanto eles não se entendem, a gente tem a convicção de que o serviço público, o servidor público tem que ser valorizado. É por isso que acho que nós temos que derrubar esse veto hoje.

Vou além. Lamento muito que o secretário mais importante do governo fale uma coisa num dia e crie um clima de terror na cidade, diga que não tem dinheiro, que não tem sei lá o que, que vai demitir servidores, e no outro dia o Governador venha e fale: “Não, não é nada disso. Não é nada disso, está tudo bem”. E depois peça aqui ao Líder do Governo que dê o recado. Ora, quem tem de ir para a televisão, para os jornais, é o próprio Governador Rodrigo Rollemberg. Ele é que é o Governador. Ele é que tem de assumir a gestão do governo.

Então, acho que hoje a Câmara tem a oportunidade de mandar um recado para o governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Como eu prometi que vou ser rápido, Sra. Presidente, Deputados, quando vocês voltarem aos seus gabinetes, estará lá na mesa o relatório da viagem que fizemos a Cuba, de toda a atividade que fizemos lá, das relações que construímos com os Parlamentares de lá, com os órgãos de governo, com a população.

Na conversa que tivemos lá, prometemos que iríamos abrir uma frente, aqui na Câmara, de defesa ao povo cubano e contra o embargo dos Estados Unidos, que vem massacrando aquele povo há mais de 50 anos. Os próprios Estados Unidos, o Papa, enfim, já reconhecem que Cuba não é um país terrorista, já reconhecem que Cuba é um país livre e democrático e já começa a estreitar as relações comerciais com aquele País. Tenho certeza de que vai melhorar muito as condições de vida daquele povo.

Quero agradecer também aqui porque hoje consegui 14 assinaturas para a criação da Frente Parlamentar contra o Embargo Econômico em Defesa de Cuba. Só falta a Deputada Liliane Roriz assinar daqueles que me prometeram. Agradeço aos Deputados. O povo cubano merece, é um povo alegre, carismático. É um povo feliz e merece esse respeito e reconhecimento da nossa Casa.

Eu quero dizer também que, hoje, estive em Santa Maria, numa atividade bastante emocionante. Mais de 2 mil pessoas nas ruas, entre alunos, pais de alunos, professores. Um trabalho muito brilhante da regional de ensino que saiu às ruas com relação ao Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Várias crianças, uma atividade extremamente importante, porque essa questão do abuso sexual e da exploração de crianças e adolescentes é um problema grave em nossa sociedade. Infelizmente, é um problema que aumenta a cada dia.

Então, aquela comunidade está de parabéns. A regional de ensino, os professores todos foram às ruas, chamando a atenção não só de Santa Maria, mas de todo o Distrito Federal, para esse problema que cada vez cresce mais. Temos que criar instrumentos para impedir que nossos jovens, nossas crianças sejam abusadas, sejam exploradas sexualmente.

Então, parabéns àquela comunidade. Enfim, falei que iria ser rápido, vamos à derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde Sra. Presidente, colegas, é sempre muito bom ter esta galeria cheia para que as pessoas venham participar um pouco desta Casa, que é a Casa que eles ajudam a construir de quatro em quatro anos.

Sra. Presidente, dois assuntos quero trazer hoje. Esta Casa de forma muito eficiente, e pela eficiência com que fez foi muito efetivo, fez um estudo sobre as invasões de terras públicas no Lago Paranoá. Eu já li aqui algumas vezes esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

estudo, já enviei para todas as pessoas e enviarei para todos os Deputados também, mostrando que a maior invasão de terras públicas do Distrito Federal não é no Sol Nascente, está no Lago Paranoá. Para que se possa ter condição de continuar essa lógica, o governo precisa tomar um posicionamento e no mínimo cobrar por essas terras invadidas.

Esse estudo está à disposição na internet, para toda a tribuna, para todos os que estão aqui. Quem quiser é só entrar na internet que tem todo o estudo, mostrando todas as áreas. São mais de 1.500 hectares de terra pública invadida e há muito tempo. Está na hora de o governo tomar uma atitude.

A segunda coisa, Sra. Presidente, que eu gostaria de falar, e é importante que toquemos sempre aqui, é que os governos não têm hoje nenhuma efetividade. O que é uma efetividade de um governo? É que a população se sinta atendida por ele pelo valor do imposto que paga. Se eu começar a falar aqui – comentarei sobre quatro áreas básicas que todos sabem – de saúde, educação, segurança, transporte, Deputado Ricardo Vale, está tudo ruim! Não tem nada bom e nem nunca esteve pelo valor que os governos arrecadam. Significa que temos uma grande ineficiência de gestão, via de regra. Uma grande ineficiência de gestão, porque se arrecada muito, há processos confusos e se faz pouco, muito pouco. É tanto que, quando fizemos o estudo pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, de todo o dinheiro público jogado fora, desperdiçado, 13% é pela corrupção ativa – corrupção daquela em que se tem de colocar o cara na cadeia, ir embora, porque roubou, o gestor público botou o dinheiro público no bolso –; e 87% é pela corrupção passiva, e não acontece nada com esses gestores que não cuidam da gestão pública.

Para que estou falando isso? Se o Estado é ineficiente, ineficaz e inefetivo, cabe a quem o fiscaliza não só criticá-lo, mas também apontar rumos, apontar direção. Por isso, Presidente, temos de prestar muita atenção e com muita responsabilidade, porque tudo o que o governo paga, os nossos salários, inclusive, e os salários de todos os servidores públicos, são oriundos de impostos, de arrecadação. Esse dinheiro não existe por geração espontânea, não cai do céu, não dá em árvore. Esse dinheiro é arrecadado pelos impostos, inclusive, em grande quantidade e em grande parte dos funcionários públicos: o imposto de renda retido na fonte, todo mundo vê em seu contracheque. Segundo o secretário da Fazenda ontem nos falou, no primeiro quadrimestre, de imposto de renda retido na fonte, o governo arrecadou 952 milhões. Mas, como acontece com o nosso salário, quando chega ao final do mês, tem de se fazer um abatimento de contas. Só posso comprar com o dinheiro que tenho. Se eu for comprar mais, uso dinheiro de outrem, que normalmente peço emprestado ao cartão de crédito ou ao cheque especial. É assim que funciona; e com o governo também.

Então, eu só peço a esta Casa, independentemente de partido político – porque sei que todos os Deputados aqui são do partido Brasília, acima de serem dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

seus partidos de origem com as compatibilidades ideológicas de cada um, temos um partido que é esta cidade, o Distrito Federal –, que tenhamos bastante responsabilidade na hora do nosso trabalho e do nosso voto aqui. Bastante responsabilidade, até porque temos um pacote enorme que está chegando a esta Casa. Que possamos nos aprofundar para termos condições de votar com bastante consciência pela melhoria da qualidade de vida da nossa cidade, que está muito ruim.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde senhoras e senhores, Sra. Presidente, senhores da galeria. Vocês estão de sacanagem! É claro que estou com vocês. Vamos derrubar esse veto.

Senhores, ainda que esta seja uma Casa Legislativa Distrital e, comumente, eu não venha aqui tratar de questões que são debatidas no âmbito Federal, hoje farei isso por uma questão de compromisso com meus companheiros de partido, Deputado Joe Valle e Deputada Celina Leão.

Na última sexta-feira, participei como membro da Executiva Nacional do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, no Rio de Janeiro, representando também os Deputados Joe Valle e Celina Leão. Já ressalto que todas as despesas saíram do meu próprio bolso, não foram bancadas nem pela Casa e muito menos pelo partido.

Naquela ocasião, a Executiva Nacional do PDT apontou algumas diretrizes em relação a temas importantes da conjuntura nacional. Primeiro, como um partido democrático e trabalhista, ficou aprovada uma crítica à política trabalhista adotada no âmbito do Governo Federal, principalmente no que se refere às Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que retiram ou restringem direitos trabalhistas. A bancada federal do Partido Democrático Trabalhista votou unanimemente contra essas medidas provisórias que retiram direitos dos trabalhadores. Fica aqui o elogio e os parabéns ao Líder da Câmara dos Deputados do Partido Democrático Trabalhista, o meu conterrâneo cearense Deputado André Figueiredo, e também ao Senador Acir Gurgacz, Líder de nossa bancada no Senado.

Outro tema debatido lá foi a posição do PDT em relação à maioria penal. E o nosso partido é contra a redução da maioria penal, ainda que nós tenhamos algumas ressalvas que serão apresentadas na Câmara dos Deputados. E acima de tudo, o nosso partido, que é um partido – por estatuto – democrático e socialista, não admite retirada de conquistas trabalhistas. E ficou definido que em todas as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o PDT votará de forma independente de qualquer decisão do governo. Nós votaremos de acordo com os princípios partidários: o princípio do trabalhismo, de Leonel Brizola; o princípio educacional, de Darcy Ribeiro. E eu espero que essas decisões do PDT no âmbito federal sejam também assimiladas aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal e que eu, o Deputado Joe Valle, e a Deputada Celina Leão também possamos votar aqui sempre na defesa dos direitos dos trabalhadores e na defesa da educação. E, como somos um partido trabalhista, votaremos em bloco pelo partido pela derrubada do veto.

Muito obrigado, senhores.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão é que eu estou ficando preocupado. Estou vendo o esvaziamento da sessão, alguns Deputados saindo. Eu queria pedir uma inversão de pauta para mantermos o *quorum* aqui e que possamos votar esse item, senão, daqui a pouco, não teremos *quorum*.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu não posso tirar o direito de o Deputado falar.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu respeito muito o Deputado Ricardo Vale, mas S.Exa. já falou. Eu precisava falar também até para apoio ao pessoal da galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Dr. Michel, V.Exa. já está inscrito aqui.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Se invertemos a pauta, Deputado Ricardo Vale, nós não temos *quorum*. Se inverter, não teremos como votar. Então, eu quero pedir aos Deputados que estão nos gabinetes que possam descer ao plenário e, se possível, votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o que me traz aqui é inclusive uma preocupação. Eu quero usar a minha fala para dizer que o nosso bloco está pronto para votar. Mas temos a preocupação. Tão logo se decidiu que íamos votar a derrubada do veto, a impressão que temos é que está havendo uma manobra para o esvaziamento, o que é muito grave.

Essa é uma excelente oportunidade que o governo tem de orientar os Deputados da Base para votar pela derrubada do veto para o bem de Brasília. Quero conclamar nossos companheiros Deputados, que demonstraram compromisso durante todo esse ano, que venham, que votem, que derrubem esse veto demonstrando seu compromisso com Brasília. Essa é a orientação do nosso bloco. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deem só um instantinho. Só um instantinho. Eu estou ajudando.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu vou ser breve na fala, mas gostaria de, primeiro, na realidade, ressaltar a importância disto, porque ontem, como o Deputado Ricardo Vale falou, nós lembramos o Dia Internacional do Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.

Eu sei que talvez, para alguns que estão aqui, essa pauta pode não parecer importante, mas para milhares e milhares de crianças que são abusadas todos os dias na Capital da República e para as famílias que, muitas vezes, são violentadas esta pauta tem importância. Quero dizer que o Distrito Federal é a quarta unidade da Federação em número de casos de pedofilia, e até hoje, Sras. e Srs. Deputados, a Capital da República não avançou em nenhum ponto na questão do combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Nós somos a campeã em denúncias de casos de pedofilia e até hoje não se tem uma política pública para defender as crianças e os adolescentes que são abusados todos os dias na Capital da República.

Quem tem uma criança que foi abusada dentro de casa ou não, não é o meu caso –, mas atendo diversas famílias, diversas crianças que foram abusadas, Deputado Joe Valle – sabe que quando uma criança é abusada, ela perde a sua capacidade principal, que é a de sonhar. Existem diversos adolescentes que todos os dias sofrem abuso sexual, e a única coisa em que eles pensam é se matar porque não querem virar objetos na mão de monstros que abusam de crianças e adolescentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Eu acredito que, além de tudo, o Estado precisa agir veementemente para fazer uma campanha, não só uma campanha informativa, mas precisamos agir com veemência para acabar com o abuso sexual aqui na Capital da República. É inadmissível a Capital de República ser a quarta unidade da Federação em número de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes.

Deputado Ricardo Vale, eu lancei um movimento em 2007 chamado Brasília contra a Pedofilia. Lancei esse movimento quando li o relatório da CPI da Pedofilia do Senado Federal e quando vi relatos de crianças de 4 anos, de 8 anos, de 12 anos; vídeos de crianças de 6 meses sendo abusadas, e até hoje as autoridades públicas não fizeram nada para acabar com o abuso das crianças.

Eu quero saber o seguinte: é muito fácil nós aplaudirmos, nós falarmos; o que eu quero ver é o que fazer com essas crianças. Quantos adolescentes, Deputado Wasny de Roure, cometeram suicídio porque foram abusados? E sabe o que nós fizemos? Nada! Nós fechamos os olhos para a sociedade. Nós marginalizamos essas crianças e esses adolescentes. Muitos não querem discutir isso porque isso dói, isso é horrível.

A Câmara Legislativa, no mês passado, tomou uma atitude importante que foi criar a Comissão Especial de Combate à Pedofilia. E aqui eu quero agradecer ao Líder do PT, que já indicou um Líder para compor a Comissão Especial de Combate à Pedofilia. E quero fazer um apelo para que, ainda esta semana, os outros Líderes dos outros blocos que ainda não indicaram indiquem para que a gente dê uma resposta à sociedade, porque pedófilo tem que estar na cadeia, não pode ficar solto para abusar de crianças e adolescentes como tem acontecido. (Palmas.)

Quero pedir desculpas a vocês que estão aqui com uma pauta extremamente relevante, mas eu sou pai de duas filhas. Já falei, meu amigo: eu sou pai, tenho duas filhas. Eu não posso aceitar – quero citar isto – que no Congresso Nacional exista uma bancada que quer tratar a pedofilia como opção sexual. Pedofilia é crime, pedófilo tem que ir para a cadeia! Pedofilia não pode ser tratada como opção sexual.

Desde 2007 eu tenho atendido diversas crianças. Quero relatar, Deputado Wellington Luiz, o testemunho de uma criança que foi abusada – não vou citar seu nome – desde os 8 anos de idade. Ela ficou grávida aos 12 anos e teve aborto espontâneo. Quando chegamos para resgatar essa criança, Deputado Wasny de Roure, eu perguntei a ela qual era o seu sonho. Ela me respondeu que o sonho dela era morrer. Graças a Deus, o movimento Brasília contra a Pedofilia conseguiu reinseri-la na sociedade. Hoje, essa criança que tem 17 anos de idade atende outras crianças que foram abusadas. Ela resgata essas crianças e as devolve para a sociedade com a capacidade de sonhar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Manifestação da galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero dizer aos companheiros na galeria que agora os Deputados terão que ficar falando, até para que haja *quorum*. Neste momento não temos condição de votar porque infelizmente...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Escutem! Vocês querem que votemos agora? Prestem atenção, escutem. Ou vocês nos ouvem, ou não vamos conseguir votar. Neste momento não há *quorum*. Vou pedir à Presidente que faça a leitura e aos Deputados que venham para cá votar. Não adianta ficarem gritando, é só contar o número de Deputados. Temos que ter no mínimo 13 votos.

Sra. Presidente, solicito chamada nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Faça um pouquinho de silêncio, gente. Quanto mais protelamos as falas, mais perdemos tempo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, faço uma proposta de encaminhamento. O relatório do veto pode ser lido. Depois, se V.Exa. e os colegas entenderem, faremos chamada nominal para ver se os Deputados, em função da leitura, vêm ao plenário.

De toda maneira, isso facilita porque nós ganhamos tempo e a matéria avança. Então, lê-se o relatório. Depois, verifica-se a existência ou não de *quorum*, ou o encaminhamento que os Deputados entenderem ser correto. A leitura avança o processo. Vamos esperar que alcancemos o *quorum* enquanto se lê o relatório, e alcançando-se o *quorum*, vota-se. Ganhamos tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, eu posso dar esse encaminhamento. Porém, alguns Deputados estão inscritos e temos que ser justos. Se os Deputados inscritos que estão aqui abrirem mão...

Eu acho pouco provável que o Deputado Dr. Michel abra mão da fala. O Deputado Lira gostaria de fazer uso da palavra? Eu acho justo, estão na lista o Deputado Dr. Michel, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tem que ficar claro para o pessoal da galeria que para derrubar o veto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

são necessários 13 Deputados presentes votando a favor. Se não houver 13 votos a favor, o veto não cai. Só há 12 Deputados em plenário. Se V.Exa. colocar o veto em votação neste momento, não há número para derrubá-lo, e aí o veto prevalece. A gente está alertando: o veto prevalece.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vamos aguardar as falas dos Deputados que estão inscritos. Vamos esperar o *quorum*.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, quero prestar minha solidariedade ao pessoal do Metrô, e também quero prestar minha solidariedade ao pessoal que mora no 26 de Setembro, aos moradores do Condomínio Mini Chácaras do Lago Sul, enfim, a todo esse pessoal que há muito tempo está reivindicando a regularização de suas moradias.

O que me traz à tribuna nesta tarde é justamente a questão da regularização dos condomínios horizontais e também das áreas tidas como irregulares, a questão fundiária do DF como um todo. Não faz sentido termos mais de quinhentos condomínios horizontais e também várias áreas públicas necessitando de regularização, e os órgãos do governo, de alguma forma, morosos em dar andamento à regularização dessas áreas. Vou citar, por exemplo, os condomínios Privê, no Lago Sul, Estância Quintas da Alvorada e vários outros.

No dia 25 de maio realizaremos uma audiência pública para tratar dessa questão aqui nesta Casa. É importante que vocês na galeria, que estão reivindicando a legalização de suas moradias, também se façam presentes para discutirmos, em conjunto com as autoridades, a regularização dessas áreas. O governo tem problemas de caixa, e uma das alternativas que estamos apresentando para o governo é regularizar essas áreas. Não faz sentido! Hoje, em uma conversa que tive com o Governador, eu disse o seguinte: ou o senhor acaba com a Agefis, ou a Agefis vai prejudicar o seu mandato.

A meu ver, as ações da Agefis são muito confusas. Primeiro ela deixa as pessoas construírem. Depois que passam a morar, após muito tempo, vai lá e derruba a casa do povo. Na minha concepção, a Agefis tem que trabalhar de maneira preventiva: não deixar que surjam da noite para o dia novos loteamentos. Uma vez que deixou a coisa acontecer, não faz sentido derrubar. Tem que legalizar!

O meu apelo hoje para as autoridades é que acelerem a legalização dos condomínios da região do Jardim Botânico, do Colorado, do Tororó. Regularizem São Sebastião e todas as áreas que estão em período de regularização. A arrecadação dos impostos – são pagos IPTU, ITBI – vai suprir o problema de caixa do governo.

Enfim, é muito mais lucrativo para o governo legalizar a questão fundiária de Brasília, e ao mesmo tempo delimitar as áreas rurais das áreas urbanas, colocando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

placas de sinalização, deixando bem claro o que é área rural, o que é área urbana, para evitar o crescimento desordenado das cidades e colocar um freio nisso.

Defendo a criação do cinturão verde do Distrito Federal, para que as áreas produtivas sejam preservadas, o produtor rural tenha condições de sobreviver através de sua terra e o morador da área urbana possa viver em paz com suas famílias, com urbanização, infraestrutura e saneamento básico.

É isso que estamos reivindicando. Como Parlamentar, defendo nesta Casa que regularizem a moradia do povo!

(Assume a Presidência Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Dando continuidade ao Comunicado de Parlamentares, convido para fazer uso da palavra o Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa., mais uma vez, que faça a chamada nominal dos Deputados para que a galeria saiba quem são os Deputados que estão presentes e prontos para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Wellington Luiz, vamos fazer a chamada nominal dos Deputados logo após os Comunicados de Parlamentares.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não vou falar. Solicito a V.Exa. que entre imediatamente na votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a todos presentes na galeria pela atenção de poderem me ouvir. Eu poderia até fazer o que o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Ricardo Vale pediram, mas, infelizmente, não adianta nada eu não falar. Eu falar ou não falar neste momento não vai adiantar o lado de vocês, porque se vocês contarem, há só 11 Deputados presentes, e 11 Deputados não fazem nada. São necessários 13 Deputados presentes.

(Manifestação da galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência gostaria de pedir a colaboração dos presentes na galeria para que a fala do Deputado Dr. Michel seja garantida.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, eu agradeço a benevolência de V.Exa. em me deixar falar, mas como eu não consigo falar...

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
7ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2015

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
BISPO RENATO ANDRADE	PR		X
CHICO LEITE	PT	X	
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP	X	
JOE VALLE	PDT	X	
JUAREZÃO	PRTB		X
JULIO CESAR	PRB	X	
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
LIRA	PHS		X
LUZIA DE PAULA	PEN	X	
PROF. ISRAEL	PV		X
PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X	
RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X	
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X
RODRIGO DELMASSO	PTN	X	
SANDRA FARAJ	SD		X
TELMA RUFINO	PPL		X
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
CELINA LEÃO	PDT		X
T O T A L		13	11

SECRETÁRIO: DEPUTADO CHICO VIGILANTE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

(Assume a presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Estão presentes no plenário 13 Deputados. Temos 11 ausências.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, se a senhora verificar agora, não há treze aqui, não, e se apreciarmos o veto ao projeto e perdermos, acabou, o veto permanece. Não tem treze aqui dentro agora, não. Pode fazer as contas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não há *quorum*.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Já contou com o Deputado Julio Cesar.

O Deputado Wasny de Roure deu uma sugestão. Eu gostaria que tivéssemos bom senso. Vejam só: existe um relatório que precisa ser lido – não é Deputado Wasny de Roure? Eu tenho certeza de que os outros Deputados, os Deputados que estão ausentes desta Casa, não estão ausentes porque querem, eles têm uma justificativa, têm um motivo. Então, eu gostaria de contar com a compreensão de vocês. Nós temos o veto ao projeto e o relatório precisa ser lido.

Deputado Chico Leite, o senhor poderia ler? (Pausa.)

Eu preciso fazer uma consulta aos Líderes para saber se há acordo para derrubar esse veto.

Item nº 81:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.035, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.389, de 13 agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”.

Esta Presidência consulta os Líderes se há acordo para apreciação desse item.

Deputado Bispo Renato Andrade, há acordo?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sim, Sra. Presidente, há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Líder do Bloco Força do Trabalho é o Deputado Agaciel Maia e a Vice-Líder é a Deputada Telma Rufino. Eu sou a única do bloco presente. Vou falar, pelo meu bloco, que sou favorável à apreciação do item agora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

O Deputado Rodrigo Delmasso, do Bloco Amor Por Brasília, está presente e está de acordo.

Deputado Joe Valle, qual a posição do Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade? (Pausa.)

Na ausência do Deputado Joe Valle, qual a posição do bloco, Deputado Prof. Reginaldo Veras?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Sem revisão do orador.) – Assim como V.Exa., como sou o único presente do bloco, estou de acordo, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Wellington Luiz, qual a posição do Bloco Democrático Trabalhista Progressista?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, além de estar de acordo, ainda quero conclamar meus companheiros Deputados que venham aqui, façam compromisso com Brasília e votem pela derrubada do veto.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Quero saber do meu Líder, Deputado Wellington Luiz, se a bancada está liberada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – A orientação é para que todos os nossos Deputados votem pela derrubada do veto, demonstrando o compromisso que temos por Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Chico Vigilante, qual a posição do Partido dos Trabalhadores?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está de acordo e os quatro Deputados votarão pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Chico Leite que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em preliminar, dizer que assumo o relatório *ad hoc*, com a determinação de V.Exa. na Presidência da Mesa – o Regimento assim diz que é possível – e com a aquiescência do Líder em exercício do bloco do PDT, Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade.

Estou fazendo essa observação, Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque a relatoria do veto é da Deputada Sandra Faraj. Então, faço *ad hoc* porque tenho a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

determinação da Presidência e a autorização de V.Exa., Deputado Prof. Reginaldo Veras. É importante que isso fique claro, para efeitos regimentais.

Então, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 1, DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 2003/2014, que *Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2015.*

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 333/2014-GAG, de 31 de dezembro de 2014, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 2003/2014, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2015.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 3426 a 4878.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que "a matéria constante dos arts. 8º e 9º foram inseridos no texto por emenda parlamentar, sem guardar, no entanto, pertinência temática com a matéria levada à deliberação dessa Casa". Observou que "a matéria dos dois artigos é própria das diretrizes orçamentárias e não da Lei Orçamentária Anual. Nesta, não pode haver dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa (LODF, art. 149, § 11)".

Informou ainda que vetou o Programa de Trabalho relativo a manutenção de serviços administrativos gerais, contratos de serviços de limpeza, Secretaria de Estado da Saúde, constante da programação do Fundo de Saúde do DF, a fim de recompor a reserva de contingência, nos termos do art. 31 da Lei nº 5.389/2014.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL N.º 2003 / 2014
FOLHA 3123 RUBRICA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL 2003/14
FOLHA 3123 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu acho que o que foi lido aí foi o da LOA. E é o da LDO, não é? Foi lido o da LDO ou o da LOA? Foi lido o da LOA.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Mas é o da LOA mesmo, não?

DEPUTADO DR. MICHEL – Não. É o da LDO. Eu estou aqui com a minha assessoria, chamada Willemann, que está aqui me dizendo que é o da LDO.

Deputado Chico Leite, obrigado por me emprestar um minutinho.

DEPUTADO CHICO LEITE – Na verdade, são vários dispositivos, Sra. Presidente, todos de relatoria da Deputada Sandra Faraj.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator que reemita o relatório.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixem-me explicar. São vários dispositivos, todos de relatoria da Presidenta da CCJ, Deputada Sandra Faraj. São inúmeros, vários. Um deles é o que leio agora. Estou lendo na literalidade o relatório de veto, de S.Exa.: “Veto oposto ao Projeto de Lei nº 2.035, de 2014, que altera a Lei nº 5.389, de 13 agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”. Relatora: Deputada Sandra Faraj.

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 1 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 2035/2014, que Altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 334/2014-GAG, de 31 de dezembro de 2014, o Chefe do Poder Executivo comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 2035, de 2014, de autoria daquele Poder, que altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

Examinado por esta Casa, o projeto foi aprovado com emendas.

Em sua exposição de motivos, o Governador informa que o veto incidiu sobre os arts. 2º e 3º do texto do Projeto e sobre as alterações aos Anexos IV e XI, inseridos por emenda parlamentar (Emendas 1, 2, 3, 4, 5 e 9). Assevera que a matéria contida nas emendas é nova em relação ao conteúdo original da proposta, o que contraria o disposto no art. 71, § 3º da Lei Orgânica, por não guardar pertinência temática com o objeto sujeito à deliberação desta Câmara Legislativa.

Além disso, informa que no quadro de despesas de pessoal autorizadas a sofrer acréscimos, o número de cargos vagos não comporta o quantitativo de nomeações autorizadas.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

em.m.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL N.º 2035 / 2014

FOLHA 557 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que, mais uma vez, V.Exa. procedesse à chamada nominal, até para entendermos por que, até há pouco, havia 14 Deputados, e, na hora de votar, só há 10 ou 11. Então, eu solicito que se faça a conferência de *quorum* para sabermos quem são os Deputados que estão aqui com compromisso para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Wellington Luiz, eu vou chamar para a votação. Antes, porém, consulto os Líderes para saber se há acordo para votarmos, em bloco, os vetos parciais aos art. nº 2, 3 e parte dos anexos 4, 5, e 11.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Em bloco, Sra. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – São somente dois vetos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Está bem!

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Há acordo? (Pausa.)

Em discussão o relatório da CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de registrar que, na realidade, nós estamos apenas votando a possibilidade eventual de o Estado chamar os concursados, nos termos das necessidades do órgão, no caso, a Secretaria da Cultura, como também o Metrô. Portanto, ninguém está tornando compulsória a decisão do governo. É uma possibilidade. Retirar essa possibilidade é retirar a chance que esse concursados tiveram. É algo absolutamente legítimo. É um respeito a quem estudou, preparou. Não é terceirização, não é servidor de janela. Eu acho que temos de ter o mínimo de respeito com aqueles que se esforçam, acreditam no texto constitucional de que é através do concurso público que se deve adentrar às funções públicas, seja na Administração Direta, seja na Administração Indireta. Portanto, é um simples direito que esses servidores buscam em função do esforço e a dedicação no concurso e consequentemente as respectivas aprovações.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vamos fazer uma verificação de *quorum*.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
7ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2015

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
BISPO RENATO ANDRADE	PR	X	
CHICO LEITE	PT	X	
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP	X	
JOE VALLE	PDT		X
JUAREZÃO	PRTB		X
JÚLIO CÉSAR	PRB		X
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
LIRA	PHS		X
LUZIA DE PAULA	PEN		X
PROF. ISRAEL	PV		X
PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X	
RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X	
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X
RODRIGO DELMASSO	PTN	X	
SANDRA FARAJ	SD		X
TELMA RUFINO	PPL		X
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
CELINA LEÃO	PDT		X
T O T A L		11	13


SECRETÁRIO DEPUTADO CHICO VIGILANTE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Estão presentes 11 Deputados. Não há *quorum* regimental para deliberação.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu achei que já tinha visto de tudo no Distrito Federal, mas, infelizmente, não tínhamos visto de tudo ainda. Pasmem V.Exas., tenho em mãos – está na internet – uma notícia – está no *CorreioWeb*, portal do *Correio Braziliense* – que diz o seguinte: “Pela porta da frente do Comando-Geral da PM, só o alto escalão”.

V.Exa., que preside a Casa, acredita que o Secretário-Geral do Comando da Polícia Militar do Distrito Federal teve a petulância de preparar uma determinação, uma portaria, que está no *CorreioWeb*, dizendo que, pela porta da frente do quartel, do comando central, só pode entrar ele, generais, deputados, governador, secretários e o arcebispo de Brasília, que é autoridade eclesiástica? Portanto, os praças, Deputado Wellington Luiz, os tenentes, os coronéis, as pessoas que comandam o dia a dia do combate ao crime não podem mais entrar pela porta da frente do quartel, têm de entrar pela porta do fundo. Qualquer cidadão do povo que chegar hoje ao comando central tem de entrar pelos fundos.

Eu vou apresentar amanhã uma moção de repúdio a essa determinação, porque eu a acho esdrúxula. Acho que esse secretário-geral, o coronel, ao invés de baixar coisas tão terríveis, Deputado Wellington Luiz, deveria botar a polícia para fazer a segurança.

Veja V.Exa., Deputado Dr. Michel, que é um delegado de polícia. Eu fico imaginando se V.Exa. tivesse ouvido o relato que eu ouvi ontem de um homem, proprietário de uma pequena fazenda no P Sul. Domingo, 7h da manhã, quatro bandidos invadiram a chácara dele, amarraram-nos, botaram álcool na cabeça de uma criança de seis meses e ficaram ameaçando tocar fogo na criança, para levar tudo que tinha na chácara. Está faltando policiamento, em vez da proibição de os praças entrarem pela porta da frente.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero aqui me ombrear com o Deputado Chico Vigilante porque eu também fui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

policia! por vários anos – 31 anos como policia! – e nunca vi uma coisa assim. Acho que o comandante-geral bem como o Secretário de Segurança e o Governador têm que tomar uma providência. Nós não estamos mais no tempo da ditadura, quando tínhamos verdadeiros coroneizinhos, verdadeiros reizinhos dentro dos quartéis e das delegacias, e quem estava abaixo deles tinha que ficar lambendo seus sapatos.

Se eu não posso entrar na minha casa pela porta da frente, como é que poderei entrar na porta da comunidade? Por onde eu vou entrar? Se eu não posso entrar na minha casa pela porta da frente, como podem me cobrar que eu faça a segurança dos outros? Se eu não posso entrar na minha casa pela porta da frente, o que eu estarei fazendo na minha casa? Quando vejo uma situação como essa, eu me ponho a pensar: o que mais pode acontecer no Distrito Federal?

Quero aqui conchamar o Governador, bem como o Secretário de Segurança e o Comandante-Geral da PM, que eu sei que é um homem íntegro, porque estive com ele, para que revejam esse posicionamento. O policia! tem que entrar é pela porta da frente com a cabeça erguida. Não é por ele ser praça, não é por ele ser soldado, não é por ele ser subordinado que ele tem que entrar pela porta do fundo. Quem entra pela porta do fundo é quem não faz concurso. Quem entra pela porta do fundo é quem tem que ficar pedindo com pires na mão.

Venho aqui pedir a V.Exa., Sra. Presidente, não que coloque para ser votado agora, porque não há *quorum*, mas que, no primeiro momento em que haja *quorum*, esse veto seja votado, porque é inadmissível e é falta de respeito...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Espera aí, pessoal. Vocês não deixam eu falar mesmo! Até para puxar saco de vocês está difícil, hoje. Pelo amor de Jesus! Puta merda!

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO DR. MICHEL – É, vai dar decoro, mas estou na Corregedoria, eu me livro lá, não tem problema. Saiu da boca.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO DR. MICHEL – É Jesus, sim. A gente fica nervoso com um trem desses. Vocês não estão entendendo. Não dá quebra de decoro porque, quando a gente está nervoso, fala as coisas sem sentir.

Não faz sentido é esse povo estar aqui até agora e não darmos a eles uma resposta – sim ou não. Aqui não pode. Aqui é a Casa do povo, onde não se pode ficar em cima do muro. Nós temos que votar “sim” ou “não”. Ou derrubava ou não derrubava o veto, mas, que tinha que ser votado hoje, tinha.

Era isso o que eu tinha para falar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos vocês. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

Faço um apelo, como disse o Deputado Dr. Michel, para que os Deputados venham aqui para dizer sim ou não a essa comunidade. Para que esse item seja colocado em votação.

Sra. Presidente, eu gostaria de saudar os moradores da 26 de Setembro que hoje tiveram uma visita indesejada por lá. É incrível como acontecem as coisas. Estou esperando até hoje. Há dois meses fui à AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal e me disseram: “Vai derrubar nos píeres do Lago Norte e do Lago Sul”. Até hoje não derrubaram nada lá. Mas na 26 de Setembro, no Sol Nascente, no Pôr do Sol, de casa de pobre a máquina vem e passa por cima na mesma hora, e não mandam notificar absolutamente nada.

Por isso, Sra. Presidente, eu gostaria de pedir que seja colocada na Ordem do Dia a Moção nº 94, de 2015, que manifesta apoio e solidariedade aos moradores de condomínios no sentido de que seja suspensa qualquer ação demolitória nos condomínios horizontais consolidados em processo de regularização no Distrito Federal.

Era isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Bispo Renato Andrade, a moção será incluída amanhã.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas para deixar consignado algo que é bom que a galeria saiba: com certeza, hoje o veto não será derrubado porque houve uma manobra do governo para que se provocasse o esvaziamento. Dessa forma...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vamos terminar. Conclua, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Concluindo, conclamo os Deputados para que venham para cá, honrem o compromisso com a população e votem a derrubada do veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero também me solidarizar com os moradores da 26 de Setembro. Quero só lembrar um pouco a história da 26 de Setembro: lá, Deputado Chico Vigilante, não é uma invasão, é um assentamento que foi criado, na época, pelo ex-Governador Cristovam Buarque, hoje Senador da República pelo PDT. Derrubar casa em um assentamento que o próprio governo criou é um absurdo. Portanto, quero pedir à Agefis que se sensibilize e não faça isso.

Vamos regularizar as áreas irregulares para facilitar, Sra. Presidente, que o Distrito Federal possa começar a arrecadar de forma ordeira. Além do mais, se existe invasão, é porque o governo deixou invadir. A ação de fiscalização não pode ocorrer após a invasão, precisa ser preventiva. O Estado foi leniente, pois deixou que, nessas áreas que dizem ser invadidas, continuassem as invasões. E agora quer derrubar os investimentos das pessoas humildes que colocaram ali, muitas vezes, os seus salários para construir a sua casa.

Quero também lembrar que, na época em que o pai de V.Exa., Deputada Liliane Roriz, foi governador desta cidade, as invasões eram regularizadas. Um exemplo disso é Samambaia, é Santa Maria, é Recanto das Emas. Nós precisamos – esta Casa precisa – dar dignidade às pessoas, e dignidade significa regularizar, colocar o pai de família no lugar em que ele sempre sonhou estar, sua casa própria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu quero agradecer as suas palavras de elogio ao meu pai e dizer que não posso ir contra situações que são inerentes à minha vontade. Quem fez o metrô nesta cidade foi Joaquim Roriz! (Palmas.) Eu não posso fazer isso. Machuca o meu coração saber que o metrô criado, idealizado por ele está nessa situação. Se não fosse o meu pai, o transporte de Brasília, que já está um caos, estaria pior ainda.

Nós temos de saber que os servidores precisam ser renovados. O metrô aumentou, e a gente quer, mais do que nunca, que esse seja o principal transporte público. O metrô é o transporte público sem poluição, é um transporte eficiente. Nós precisamos entender isso. Brasília tem que entender isso, e o Governador também. Isso pode ser difícil no momento que Brasília está passando, mas, se se cortar na carne agora, no futuro vai ser muito pior.

Quero também dizer ao pessoal da 26 de Setembro que as palavras do Deputado Rodrigo Delmasso me comoveram, pois jamais – jamais! –, na história do governo do meu pai, ele passaria trator em cima das pessoas. Então hoje, mais do que nunca, eu não sairia deste plenário por motivo algum. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Queria aqui me solidarizar com o pessoal da 26 de Setembro, com o pessoal do Mini Chácaras e com todas as pessoas que hoje se encontram em situação não ilegal, mas irregular, porque ilegal é quem está fora da lei, e eles não estão fora da lei, estão em situação irregular.

Queria ainda fazer um desafio ao governo: enquanto houver uma invasão de rico, não tire os pobres! É muito fácil passar com o trator em cima daqueles que estão atrás só de um sonho, que está virando pesadelo neste Distrito Federal! E nós aqui nesta Câmara temos que tomar posição, nós temos que, se for o caso, ir às localidades. Principalmente V.Exa., Sra. Presidenta, que realmente faz a diferença nesta Casa, que tem um pai que governou esta cidade para os pobres. Que a gente vá até as localidades onde a Agéfis está querendo derrubar! Como temos imunidade, podemos ir ao local e não deixar derrubarem as casas de pobre!

O Deputado Rodrigo Delmasso falou uma coisa certa: se hoje há invasão, como chamam – eu não chamo de invasão, chamo de assentamento social pela necessidade que o povo passa –, o que se tem de fazer? Regularizar. Não há outra solução, tem de regularizar. E ainda digo mais: em vez de aumentar IPTU, regularizem as áreas que dizem estar irregulares e cobrem o IPTU. Aí não vai precisar aumentar IPTU. Então, há alternativas para melhorar a situação da coletividade como um todo no Distrito Federal. Não adianta vir aqui querer trazer situações em que nós é que vamos ficar com o ônus, nós é que vamos ficar com esse ônus no Distrito Federal, para depois virem dizer que a culpa é nossa.

Então, neste momento, eu conclamo V.Exa. e todos os que aqui estão presentes e os que não estão presentes e estão ouvindo, pois tenho certeza de que estão ouvindo, vamos colocar a mão na consciência, vamos chamar o governo para conversar, vamos ajudar o governo. Agora, nunca passar por cima da sociedade, da comunidade.

Então, fica o meu desafio, fica o meu desabafo, pois, enquanto houver uma ocupação irregular de rico, não derrubem a dos pobres.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só queria pedir ao governador... estou com o *Correio Braziliense*, que diz: "GDF estuda cobrar os invasores de área pública". Eu queria que dessem ao pessoal do 26 de Setembro o mesmo tratamento que estão dando ao pessoal do Lago Sul e do Lago Norte, com respeito, pelo menos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 05 2015	15h50min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de fazer, neste momento, um convite.

O Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Sr. Jamal Jorge Bittar, tem a satisfação de convidar para o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria do Distrito Federal de 2015. A publicação será entregue à Presidente da Câmara Legislativa, Deputada Celina Leão, Parlamentares distritais, federais e demais autoridades, dia 20 de maio, amanhã, às 10h, no Edifício Sede da Fibra, Sia Trecho 3, lote 225, 3º andar.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, antes de encerrar, eu quero me solidarizar, mais uma vez, com o pessoal do Metrô. Sempre estarei aqui pronto para votar o que vocês precisarem. É uma pena essa votação não ter acontecido hoje. De qualquer forma, contem sempre com meu apoio.

Solidarizo-me também com o pessoal dos condomínios, em especial o 26 de Setembro, porque, além de tudo isso que foi dito, tenho certeza de que muitas dessas pessoas que não têm sua escritura gostariam de até ter um negócio próprio, para poder ter uma renda um pouco melhor, mas quem não tem escritura não tem crédito no banco, não é gente? Então, infelizmente, é isso o que está acontecendo hoje. Contem também com todo o nosso apoio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h32min.)